

APRESENTAÇÃO

Esta publicação resulta de uma iniciativa de cooperação entre o Observatório de Recursos Humanos de Saúde da Universidade de Brasília e o Núcleo de Estudos sobre Bioética e Diplomacia em Saúde da Fiocruz que visa promover uma abordagem crítica de questões relevantes que se colocam de forma habitualmente estanque em torno de recursos humanos, saúde, desenvolvimento e desigualdades. Esse propósito se materializou com o projeto colaborativo do Observatório Internacional de Capacidades Humanas, Desenvolvimento e Políticas Públicas, implantado em 2012, com o apoio da Organização Pan-Americana da Saúde, por intermédio do acordo de cooperação entre essa agência, a Fiocruz e o Ministério da Saúde¹.

A aproximação a esse universo temático se baseia na acepção de Amartya Sen sobre a dimensão humana do desenvolvimento, que reconhece a saúde, a educação e a segurança social como condições essenciais para garantir a liberdade das pessoas escolherem o que querem ser e fazer; ou seja, uma visão do desenvolvimento, cuja finalidade é prevenir sérias privações pessoais e promover a justiça social, distanciada de outras interpretações, em que a saúde e a educação são meros instrumentos de sobrevivência e manutenção de trabalhadores sadios e bem qualificados.

A primeira edição da série de estudos e análises do Observatório Internacional de Capacidades Humanas, Desenvolvimento e Políticas Públicas abordou as tendências nas áreas de saúde, educação, trabalho, previdência social e meio ambiente em países selecionados. A intenção foi estimular polêmicas ante a indagação de que o desenvolvimento econômico e social estaria ocorrendo na direção da criação de uma pluralidade de estilos de vida livremente escolhidos pelas pessoas.

1 Brasil. Ministério da Saúde. Extrato do 41º Termo de Cooperação e Assistência Técnica ao Ajuste Complementar. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 jan. 2006. Seção 3.

A presente coletânea de textos visa reforçar esse debate, novamente focalizando duas questões apontadas na apresentação da edição anterior: a vocação do desenvolvimento capitalista, tal como vem ocorrendo na América Latina e em outros continentes, para impor inevitavelmente certos estilos padronizados e controlados de viver em sociedade, no âmbito dos quais não se verifica o descortinar do horizonte de liberdade prometido pela teoria de Sen; e a impressão de que muitas vezes esse horizonte de liberdade é definitivamente inviabilizado pelo estilo de desenvolvimento imposto de forma unilateral pelo Estado, fenômeno que pode ocorrer tanto em contextos de regimes autoritários quanto democráticos.

A orientação editorial do primeiro informe foi mantida na atual edição, sem delimitação prévia para as análises do tema proposto aos autores convidados, de modo que eles apresentassem contribuições a partir de seu próprio ponto de vista. Contudo, o novo elenco de assuntos configura um eixo de abordagem que remete para um debate de problemas concretos de saúde e ambiente, cujo enfrentamento situa-se no bojo da discussão sobre desenvolvimento e políticas públicas: Ambiente e Bioética; Saúde e Agrotóxicos; Medicalização; Tabagismo; Alcoolismo; Alimentos Industriais; Regulação de Fatores de Risco; Saúde e Liberdade; Promoção da Saúde; Pessoas com Deficiências; e Políticas de Drogas. A sequência dessas contribuições se inicia com uma apreciação sobre o processo de desenvolvimento que se prenuncia para o Brasil no cenário internacional pós-2010.

A intenção dos coordenadores do projeto editorial é explorar novas perspectivas da trilha dos debates desencadeados com a publicação inaugural desses estudos e análises². A organização e o lançamento desta publicação em um seminário que reúne os autores para a apresentação e o debate de seus trabalhos com convidados especiais confirma a disposição do Núcleo de Estudos sobre Bioética e Diplomacia em Saúde da Fiocruz e do Observatório de Recursos Humanos da UnB para avançar na consolidação do Observatório Internacional de Capacidades Humanas, Desenvolvimento e Políticas Públicas.

2 OICH. **Observatório Internacional de Capacidades Humanas, Desenvolvimento e Políticas Públicas**: estudos e análises. 2015. Disponível em: <http://www.capacidadeshumanas.org/>. Acesso em: 9 jun. 2015.

A expectativa é de que a ampla divulgação dos textos e dos debates via internet contribua para a renovação crítica de abordagens em torno da agenda de discussões sobre desenvolvimento, saúde e desigualdades, propugnando compromissos duradouros sobre a finalidade social do desenvolvimento, o combate às desigualdades e a vigilância tenaz contra a perpetuação ou o ressurgimento dessas desigualdades em formatos renovados no campo da saúde.

Trata-se de uma agenda que interessa a comunidade internacional como um todo, mas adquire um sentido especial para países como o Brasil, que aspiram uma inserção mais justa que a atual no ordenamento econômico global, no qual ocupam posições demarcadas pelo caráter subalterno e vulnerável de meras fontes de *commodities*. A perspectiva otimista de desenvolvimento integrado, econômico-social, que emanava dos informes reunidos na primeira publicação do Observatório se esvaeceu, confirmando a conclusão cautelosa expressada naquele momento de que as condições favoráveis da primeira década do novo milênio não perdurariam sem uma solução para o impasse do capitalismo mundial.

Essa avaliação cautelosa se depreende do ensaio de Guilherme Costa Delgado, que apresenta um marco interpretativo para o Brasil no contexto macroeconômico e social das relações internacionais no pós-2010. O autor realça a reversão de relações externas favoráveis ao “eixo das *commodities*” e à especialização desse componente do comércio exterior com a China, associando essa reversão à crise financeira, cujo epicentro se localizou na economia norte-americana em 2008. Sua avaliação prospectiva ante a crise atual do desenvolvimento econômico e social brasileiro seria otimista, caso o país enveredasse pelos caminhos da economia ecológica e da produção de energia de baixa entropia, mas o autor adverte que essa é ainda uma opção marginal na agenda oficial do Estado brasileiro.

As demais contribuições para esta coletânea se inserem de modo contributivo na agenda sanitária das políticas internacionais do contexto pós-2015, focalizando as condições de saúde, e não a análise dos sistemas e serviços. Outro viés propositadamente assumido corresponde ao especial destaque para as doenças crônicas, o que não representa uma opção preferencial em relação à perspectiva organizativa institucional do campo da saúde, de algum modo tratada na primeira publicação da série de estu-

dos e análises do Observatório de Capacidades Humanas, ou ao tema das doenças infecciosas ou moléstias agudas que atormentam a humanidade, que se espera adotar como escopo de edições futuras.

A despeito do enfoque em torno das condições crônicas, a apreciação introdutória desta coletânea não visa explorar aspectos complementares nem contrapostos entre as diversas contribuições autorais, dada a diversidade dos temas e das abordagens ocasionadas pela orientação editorial anteriormente referida. O sumário dos capítulos que a seguir se apresenta visa tão somente estimular o leitor a tecer, por conta própria, os fios de ligação entre os assuntos postos em debate.

José Roque Junges reinterpreta a visão clássica que coloca a saúde em oposição à doença, no sentido de que as moléstias seriam adversidades subjacentes à própria saúde, advogando a importância dos fatores ambientais e socioculturais, principalmente, no caso de doenças crônicas. Deplora a precedência das situações emergenciais em relação aos problemas crônicos de saúde, pois o acompanhamento destes é que “responde ao verdadeiro sentido de uma realidade biológica complexa que é definida em sua complexidade pelas suas interações com o ambiente que a fazem reorganizar-se continuamente devido às suas respostas em relação às mudanças das suas condições ambientais”.

No ensaio sobre agrotóxicos e saúde, Raquel Maria Rigotto e Ada Cristina Pontes Aguiar enfatizam que a toxicidade de numerosos ingredientes utilizados extensivamente na agricultura moderna está bem estabelecida na literatura científica. Entretanto, a “invisibilidade social” dos impactos desses processos mórbidos sobre os perfis de adoecimentos e mortes representa uma barreira de difícil superação, problema da maior gravidade, que precisa ser urgentemente enfrentado em todo o mundo, principalmente no caso do Brasil, que vem se tornando um dos maiores produtores mundiais de alimentos e campeão no uso intensivo de agrotóxicos. A mensagem das autoras é que o mantra que propaga as virtudes do desenvolvimento baseado na modernização da agricultura turbinada por defensivos tóxicos precisa ser desmascarado, induzindo o poder público a adotar medidas de proteção do ecossistema ambiental, dos trabalhadores e da população em geral.

José Ruben de Alcântara Bonfim discute diferentes alternativas no entendimento a respeito de doenças crônicas, medicalização e iatrogenia com vistas a alertar para excessos e equívocos na abordagem dessas questões e, o que é mais grave, na própria atenção às pessoas afetadas. Sobre esse ponto, o autor oferece um dado impressionante: apenas uma em cada dez pessoas com afecções crônicas é tratada com êxito. O termo medicalização ainda é polêmico, coexistindo interpretações a partir de enfoques sociológicos, biológicos ou biopsicossociais na literatura especializada. O autor denota sua preferência pela aceção de que se trata da conversão em processos mórbidos de situações, antes consensualmente tidas como normais ou próprias da vida, que passam a ser objeto da medicina, em uma época em que a biologia e a genética são vistas como as principais forças que afetam a vida humana, com fatores sociais desempenhando função menor. Ele prossegue na caracterização da iatrogenia como toda doença ou estado mórbido, da esfera física ou psíquica, decorrente da intervenção médica acertada ou não, justificada ou não, que resulta em consequências prejudiciais para a saúde das pessoas, inclusive diagnósticos de afecções que nunca causarão sintomas ou mortes.

Ao tratar do tema do tabagismo, José Agenor Álvares da Silva recorda que o uso dessa droga era algo que remetia a um imaginário de bem viver, aventura e charme, ilusão que caiu por terra ante a comprovação dos efeitos catastróficos do ato de fumar, que ultrapassam os índices de morte por acidente de trânsito, alcoolismo e suicídio somados. Trata-se de uma toxicomania caracterizada pela dependência física e psicológica do consumo de nicotina, incluída no grupo dos transtornos mentais e de comportamento decorrentes do uso de substância psicoativa, segundo a Décima Revisão de Classificação Internacional de Doenças (CID-10). O autor admite uma expectativa relativamente otimista, na medida em que pesquisas têm apontado uma diminuição da prevalência do tabagismo no Brasil e em outras partes do mundo. Contudo, reconhece que ainda persiste um longo caminho a ser trilhado nesse sentido.

Consumir um volume excessivo de álcool em um curto espaço de tempo é uma prática associada a problemas físicos, sociais e mentais, constituindo relevante problema de saúde pública. Deborah Carvalho Malta apresenta extensa argumentação a respeito, fruto de avanços importantes

no monitoramento desses problemas, cuja evidência síntese é escandalosa: cerca de 2,5 milhões de mortes anuais em todo o mundo associadas ao uso do álcool. Os acidentes com veículos automotores encabeçam a extensa lista desses malefícios, incluindo violências e acidentes em geral, intoxicação alcoólica, sexo inseguro, gravidez não planejada, doenças sexualmente transmissíveis, HIV, agravos que acometem predominantemente populações jovens. Além disso, o uso do álcool é fator de risco para o consumo de outras drogas, como tabaco e drogas ilegais. A autora enfatiza a importância do debate envolvendo os distintos segmentos do governo, os profissionais da saúde e da educação, os grupos sociais, os familiares e os jovens, visando o avanço das políticas públicas e do marco regulatório das bebidas alcoólicas.

Carlos Augusto Monteiro e Maria Laura da Costa Louzada abordam as implicações para políticas públicas frente à associação entre alimentos ultraprocessados e doenças crônicas não transmissíveis. O foco do debate é o novo padrão alimentar, impulsionado, entre outros fatores, por mudanças dramáticas nos sistemas de produção, distribuição e consumo de alimentos ao redor do mundo e pelo aumento da morbimortalidade por tais doenças em escala global, com especial intensidade em países de baixa e média renda. Os autores defendem que possíveis reversões dessas tendências, no atual panorama nacional e internacional, poderiam ser alcançadas mediante políticas públicas concatenadas em torno de medidas como adoção de guias alimentares; ações de promoção, proteção e apoio ao aleitamento materno; promoção da alimentação saudável no ambiente escolar; regulamentações da publicidade de alimentos ultraprocessados para crianças; e políticas fiscais.

A discussão sobre a regulação de fatores de risco para doenças crônicas é trazida por Lynn Silver, que aponta fatores de risco relacionados à desigualdade social, aos alimentos, ao tabaco e ao sedentarismo, indicando algumas recomendações sobre os desafios a enfrentar, com base na experiência norte-americana. Seu argumento inicial é que a situação vigente em doenças cardiovasculares e pulmonares, diabetes e câncer é resultado de pirâmides de desigualdade social, transformação social e tecnológica e profundos interesses econômicos e que, apesar do enorme avanço médico e tecnológico alcançado, os obstáculos para mudar essa situação exigem

mais que novas drogas milagrosas, que frequentemente tornam as pessoas dependentes de tratamentos médicos invasivos ou remédios caros. Ou seja, é preciso examinar mais detalhadamente os elementos constitutivos das doenças crônicas e reconstruir o próprio entendimento nesse campo. A autora chama a atenção para os quatro grandes fatores de risco: dieta pouco saudável, tabagismo, sedentarismo e uso nocivo de álcool. Ressalta o grande esforço da comunidade de saúde pública na última década nos Estados Unidos para ultrapassar abordagens de limitada eficácia focadas em propostas educacionais para modificar o comportamento individual, passando para maior ênfase nos determinantes ambientais de risco de doenças crônicas. Entretanto, reconhece que essa mudança ocorre de maneira desigual e com alcance limitado, pois requer a construção de um consenso social mais amplo capaz de gerar as transformações almeçadas, e aponta três barreiras-chave desse processo: o financiamento, que, embora sendo muito expressivo naquele país, não contempla as atividades de prevenção das doenças crônicas como prioridade; a capacitação de recursos humanos no sistema de saúde pública e em agências parceiras, principalmente, a capacidade reguladora nessa área; e, por fim, a vontade política para enfrentar interesses econômicos que se beneficiam do *status quo* em torno das questões de produção e consumo de alimentos, tabaco e bebidas alcoólicas e dos hábitos relacionados a atividades físicas.

O texto de Roberto Passos Nogueira remete a uma meditação sobre a tese de Amartya Sen, segundo a qual a saúde tem a ver com a amplitude de oportunidades efetivas de escolhas para alcançar os objetivos que as pessoas pretendem desfrutar, ou seja, a noção de saúde intimamente ligada à de liberdade. Nogueira propõe polemizar esse referencial remetendo a autores como Kierkegaard, Tillich e Heidegger, que consideram ser a liberdade uma propriedade ontológica que caracteriza a finitude e a imperfeição do ser humano, estando intimamente ligada às doenças crônicas; e que a saúde perfeita não pode ser prescrita e nem imposta, requerendo análises mais profundas do ser como um todo e em relação ao ambiente em que vive. Posicionar esse ensaio no centro da lista de capítulos evoca o alerta drummondiano de que no meio do caminho tinha uma pedra, e, ao mesmo tempo, é uma provocação para o debate, propondo explorar um caminho no meio da pedra.

Luis David Castiel propõe uma incômoda reflexão sobre a promoção de saúde baseada em tecnologias de melhoramento voltadas para a busca de uma perene vitalidade. O desconforto é desencadeado com a dúvida sobre a noção de que somos sujeitos autônomos, capazes de estabelecer relações de custo/benefício nas trocas no mundo em que vivemos, e se adensa ante as especulações do autor sobre o desconhecimento de um presente “futurizado”, prometido por tais tecnologias, difundidas como produtos de consumo na lógica do desenvolvimento capitalista, e sobre a desigualdade engendrada nesse processo, cujo indicador se baseia na noção de preempção, no sentido de possível precedência de alguns ao acesso a essas tecnologias em detrimento de outros, ou muitos outros, ou, em última instância, na dura face da precarização e do sofrimento humano de enormes contingentes excluídos. Por fim, Castiel tensiona o leitor ao vaticinar que as preocupações com longevidade e imortalidade são sintomas do medo primal da morte convertido em manifestações que servem à mercantilização desse medo.

A abordagem de Wederson Santos sobre os desafios das políticas sociais para a deficiência no Brasil se baseia na premissa de que esse termo não se refere a um constructo da natureza demarcador de uma identidade pessoal, e sim expressa uma relação social, histórica e política de poder que inscreve os corpos com variações em situações de desigualdade e opressão. O autor historia a evolução dessas políticas nas décadas recentes, contextualizando a inserção brasileira nesse debate e nas formulações regulatórias no cenário internacional, e ressalta a publicação pela OMS da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF) em 2001, que enfatiza a avaliação das consequências para a vida da pessoa de uma condição que pode levar a restrições de sua liberdade. Embora reconhecendo os avanços importantes ocorridos no Brasil após a Constituição de 1988, Santos avalia que as ações públicas voltadas para a pessoa com deficiência ainda esbarram em dificuldades ligadas a exigências incontornáveis de interdisciplinaridade e intersetorialidade na formulação e execução dessas políticas, no sentido de atender a enorme diversidade das demandas dessas pessoas.

O capítulo final do livro apresenta ao leitor o desafio sobre um novo jeito de pensar as políticas de drogas e a construção do futuro nessa

área. Denis Russo Burgierman inicia dizendo que o uso de substâncias psicoativas é uma constante antropológica, ou seja, existe desde sempre, em praticamente todos os agrupamentos humanos, e que a convivência com essa situação foi demarcada por uma orientação regulatória de cunho cultural até o início do século passado, quando teve início uma política de proibição e criminalização do uso dessas drogas, que, progressivamente, contaminou todo o mundo. Burgierman expõe extensa argumentação em torno das duas escolas de pensamento que dominaram as políticas públicas sobre drogas na segunda metade do século XX: a Guerra às Drogas (GD) e a Redução de Danos (RD). Por fim, discorre sobre as tendências mais recentes de flexibilizar o predomínio da estratégia de combate, como prenúncio de uma transição que avança na direção de novos enfoques regulatórios.

Ao encerrar esta apresentação, remanesce a esperança de que a preparação e difusão dessa publicação contribuam para melhor compreender, avaliar e orientar decisões sobre os problemas que povoam o debate das relações internacionais, ajudando a dissipar a bruma que circunda temas relevantes para o futuro da saúde da humanidade; no caso em tela, as doenças e condições crônicas. Fica a esperança renovada de que o chocante presságio de Dominique Kerouedan³ não represente uma condenação final: “Nem o altruísmo nem a filantropia explicam a preocupação das grandes potências com a saúde mundial, mas sim interesses econômicos, geopolíticos e de segurança”.

Que cada leitor tire suas conclusões e tome partido.

JOSÉ PARANAGUÁ DE SANTANA

3 KEROUEDAN, D. Os interesses das grandes potências: como a saúde se tornou um desafio geopolítico. **Le Monde Diplomatique Brasil**, São Paulo, 2 jul. 2013. Disponível em: <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1463>. Acesso em: 8 jun. 2015.